

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.201 - PR (2019/0209281-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : RAIZEN TARUMA LTDA
ADVOGADOS : ANTONIO PEREIRA DO LAGO - PR008844
ADÃO ANTÔNIO PEREIRA DO LAGO - PR022082
EDIMAR FINATTI - PR018572
AGRAVADO : PASA - PARANA OPERACOES PORTUARIAS S/A
ADVOGADOS : RICARDO FERREIRA DE MACEDO - SP164063
RICARDO MARTINS AMORIM - SP216762
EMERSON JOÃO OLIVEIRA DE CARVALHO - PR040745

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 970):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. DEFERIMENTO. AVERBAÇÃO NO LIVRO DA AGRAVANTE DA TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DE PROPRIEDADE DE TERCEIRA EMPRESA PARA A AGRAVADA. IMPOSSIBILIDADE. ANTERIOR DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM SENTIDO DIAMETRALMENTE OPOSTO. INDISPONIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E PROIBIÇÃO DE ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO. MEDIDA DE CAUTELA QUE PRESERVA OS INTERESSES DE TERCEIROS E A NATUREZA ALIMENTAR DO CRÉDITO TRABALHISTA. PRECEDENTE DESTA CORTE EM CONTROVÉRSIA IDÊNTICA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.007-1.014).

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que "*é admitida a*

Superior Tribunal de Justiça

incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre" (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJ 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial sob os seguintes fundamentos: ausência de violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015; aplicação da Súmula 7 do STJ no tocante à legitimidade da ora agravada; e, incidência da Súmula 284 do STF quanto aos tópicos de recurso "da anterioridade do negócio jurídico que gerou a transferência das ações negociadas pela recorrente em relação ao arresto determinado pela Vara do Trabalho" e "da possibilidade de alienação das ações arrestadas pela Vara do Trabalho", por ausência de indicação dos dispositivos de lei federal supostamente violados.

Em suas razões, a parte agravante limitou-se a afirmar que preencheu todos os requisitos de admissibilidade do recurso especial; a alegar a usurpação da competência deste Superior Tribunal de Justiça pela Corte local ao analisar o mérito do recurso no juízo de admissibilidade; ofensa aos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015 e a não aplicação da Súmula 7 do STJ, deixando de impugnar o fundamento da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal de origem relativo à incidência da Súmula 284 do STF quanto aos tópicos de recurso "da anterioridade do negócio jurídico que gerou a transferência das ações negociadas pela recorrente em relação ao arresto determinado pela Vara do Trabalho" e "da possibilidade de alienação das ações arrestadas pela Vara do Trabalho", por ausência de indicação dos dispositivos de lei federal supostamente violados.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento, por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora